



## APRESENTAÇÃO

A nova edição da Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE-RJ não poderia deixar de refletir o ano por que todos passamos: com adversidades e perdas irreparáveis, mas também com solidariedade e superação. Produzida em meio aos obstáculos impostos pela pandemia de covid-19, esta edição confirma o compromisso da PGE-RJ e de toda a equipe do Centro de Estudos Jurídicos com a rigorosa periodicidade da publicação e sua elevada qualidade acadêmica, que se reflete nas múltiplas indexações que têm sido obtidas pela Revista.

A presente edição é inaugurada, como de hábito, com o *Editorial* de Gustavo Binenbojm, coordenador e principal responsável por esta publicação, e tem como título “*A consensualidade administrativa como técnica juridicamente adequada de gestão eficiente de interesses sociais*”. Em percuciente análise, Binenbojm traça um panorama da consensualidade no Direito Público brasileiro, apontando caminhos para o ulterior desenvolvimento do tema.

Na seção *Doutrina*, Caio Mascarenhas analisa o federalismo fiscal, o federalismo competitivo e a Constituição Financeira no Brasil; Marcos Penha se debruça sobre o federalismo fiscal dos Estados Unidos da América, em instigante análise comparativa com o sistema tributário brasileiro; Philippe Jean Rangel Abreu Arêas, Lia Hasenclever e Flávio Villela Ahmed analisam o tema da “*justiça multiportas*” a partir da atuação da Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS) em Campos dos Goytacazes; Carolina Ângelo Montolli se dedica ao estudo da segurança da informação e da proteção de dados na Administração Pública; Rodrigo Borges Valadão examina a luta contra a Teoria Pura do Direito na República de Weimar; José Luiz de Moura Faleiros Júnior trata da governança pública e da parametrização consequential das decisões; Vanessa Huckleberry Portella Siqueira investiga a (des)influente participação do Presidente da República na concretização das políticas públicas agasalhadas no orçamento; Gisela Baer de Albuquerque traça um relevante retrato da previdência no Estado do Rio de Janeiro; e Laércio Melo Martins contribui com texto emblemático sobre holocausto brasileiro e a anti-reforma psiquiátrica.

Na seção de *Atualidades*, Jeniffer Gomes da Silva trata do direito ao esquecimento, às vésperas do julgamento da matéria pelo Supremo Tribunal Federal. A seção *Memória da Advocacia do Estado* traz o parecer LRB s/n.º 2010, de autoria ex-Procurador do Estado e hoje

Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, analisando o tema da distribuição dos *royalties* do petróleo à luz da Constituição da República. Por fim, a seção *Vídeos* recupera trechos de alguns dos mais significativos eventos organizados ou patrocinados pela PGE-RJ, dentre os quais as *lives* sobre *Monitoramento dos Contratos de Concessão e de PPP* e sobre *Reequilíbrio Econômico-financeiro*, tema que ganhou ainda maior importância nestes tempos de pandemia.

Por fim, faço questão de registrar o agradecimento de toda a Casa aos Procuradores Rodrigo Borges Valadão e Marcelo Santini Brando, que estiveram até recentemente à frente do Centro de Estudos Jurídicos da PGE-RJ e não apenas decidiram dar continuidade a esta Revista Eletrônica – idealizada e inaugurada em 2018, com a contribuição decisiva da Procuradora Nathalie Carvalho Giordano Macedo –, mas também empreenderam todos os esforços por sua consolidação e contínuo aprimoramento.

**ANDERSON SCHREIBER**  
PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA PROCURADORIA GERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO